

Sumário

ATOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE – MPAC N.º 2.233, DO DIA 27/05/2026.....	1
---	---

ATOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE – MPAC N.º 2.233, DO DIA 27/05/2026

Procedimentos de Investigação do MPAC		
Notícia de Fato	Art. 4º	A notícia de fato é qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, [...].
Procedimento Administrativo	Art. 5º	O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I - acompanhar [...] termo de ajustamento de conduta celebrado; II - acompanhar e fiscalizar, [...], políticas públicas ou instituições; III - apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; IV - embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil. [...]
Procedimento Preparatório	Art. 3º	O Procedimento Preparatório é o procedimento formal prévio ao Inquérito Civil, [...].
Inquérito Civil	Art. 2º	O Inquérito Civil, de natureza unilateral, inquisitiva, administrativa e facultativa, é [...] destinado a apurar a ocorrência de danos efetivos ou ameaças a direitos ou interesses [...] que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.
Recomendação	Art. 8º	A Recomendação é instrumento destinado à orientação de entes públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados [...].
Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta	Art. 7º	O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta é instrumento formal de garantia dos direitos e interesses [...] de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico, [...], com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração, [...].

Fonte: [Resolução n.º 28/2012](#) do Colégio de Procuradores de Justiça (MPAC)

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

PORTARIA nº 06/2026/peddhC

AUTOS Nº 09.2026.00001368-2

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE, por seu Promotor de Justiça titular da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos e Defesa da Cidadania, [...]; CONSIDERANDO que os referidos documentos técnicos indicaram redução significativa das previsões e execuções orçamentárias destinadas às políticas públicas voltadas à prevenção e combate à violência de gênero, acolhimento das vítimas e promoção da equidade; CONSIDERANDO que a redução ou descontinuidade de políticas públicas essenciais voltadas à proteção das mulheres pode comprometer a efetividade da rede de atendimento, acolhimento e proteção, além de agravar a vulnerabilidade social e institucional das vítimas; CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização permanente da implementação, execução, financiamento e efetividade das políticas públicas municipais destinadas à proteção dos direitos das mulheres; **RESOLVE: 1) Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com a finalidade de promover a fiscalização e o acompanhamento das políticas públicas implementadas pelo Município de Rio Branco/AC voltadas à prevenção e combate à violência de gênero, ao acolhimento das vítimas e à promoção da equidade, especialmente quanto: [...]. 2) Expedir ofício à Prefeitura Municipal de Rio Branco, para que em 20 (vinte) dias úteis, encaminhem as seguintes informações, esclarecimentos e documentos: [...]; 4) Promova a publicação da presente Portaria no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Acre. PUBLIQUE-SE. AUTUE-SE. CUMPRA-SE.**

Rio Branco/AC, 25 de maio de 2026.

Thalles Ferreira Costa
Promotor de Justiça de Defesa dos
Direitos Humanos e Cidadania
<https://diario.mpac.mp.br/> (p. 13-14)



Acesse o Portal CGM para obtenção de legislação, formulários e demais informações.

<http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/portal/>

Responsável pela elaboração: Bruno de Almeida Melo – Controladoria Geral do Município – CGM.